



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000761-66.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: SAMES.

ASSUNTO: Dispensa Eletrônica - Final - Bens Permanentes - Equipamentos Médicos e Hospitalares.

**PARECER JURÍDICO Nº 126 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSOFC**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES, que tem como objeto a aquisição Bens Permanentes - Equipamentos Médicos e Hospitalares. No Documento de Formalização da Demanda - DFD n.30/2023, a unidade define os contornos gerais da contratação com dispensa de licitação em razão do valor ([1001174](#)).

**02.** Após instrução inicial, o processo foi objeto de análise desta unidade que, por meio do Parecer Jurídico n. 106/2023 ([1011861](#)), concluiu:

a) pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência-Contratação Direta SAMES ([1009392](#)) - também analisado e tido como regular pela SAC ([1011044](#)) - caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021 e item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022;

b) dada a notícia de pluralidade de fornecedores para comercializar os materiais demandados, cuja seleção se dará apenas pela disputa de preços entre os classificados e habilitados à prestação dos serviços, nos limites dos valores de dispensa de licitação estabelecidos pelo **art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021** (atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022) **pela possibilidade de a contratação pretendida ser processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA** disciplinado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, na forma sugerida pela SAC e, ainda, com fundamento no art. 28, § 1º da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

Conforme já apontado no **item 6 deste parecer**, a programação orçamentária da despesa no **exercício de 2023** foi juntada ao processo no evento ([1003264](#)), oportunidade em que a **SPOF** registrou que: "Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."

Considerando que o valor da contratação pretendida está situado no limite da dispensa legal, atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estabelecida pelo **Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022**, e que da relação contratual não resultará obrigações futuras para a contratada, entende-se perfeitamente possível substituir o instrumento de contrato pela nota de empenho, na forma prevista no caput do **art. 95 da Lei n. 14.133/2021** e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos **Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010 - 1ª Câmara**, que consolidou o entendimento de dispensa de instrumento para todas as contratações que não resultem obrigações futuras, principalmente dentro do limite de dispensa em razão do valor, aí incluídas as inexigibilidades de licitação. **Precedente: Decisão desta administração, evento (0981838).**

c) Caso autorizada a DISPENSA ELETRÔNICA pelo titular da SOFC, remessa à ASLIC, na forma do item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação conforme itens 18 e seguintes.

Registra-se que há modelo padronizado de aviso de dispensa eletrônica (evento [0925036](#)) aprovado no âmbito deste Tribunal pela **PORTARIA 435/2022-DG (0926736)**, situação que dispensa a análise desse documento por esta unidade jurídica (§ 5º, art. 53, Lei n. 14.133/21).

**38.** Na forma do art. 4º da Lei n. 14.133/2021 c/c a parte final do art. 49, IV, da LC n. 123/2006, **a unidade demandante - SAMES informou que a dispensa será destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte** (art. 6º, I, da IN SEGES/ME n. 67/2021).

**39.** Ao final do procedimento, em cumprimento ao item 18, "a", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, o processo deverá retornar à AJSAOFC para emissão de parecer e submissão à autoridade administrativa.

**03.** Por meio do Despacho n.1076/2023 ([1013023](#)), o Secretário da SAOFC acolheu as conclusões do referido parecer jurídico, manifestou-se favorável à contratação por meio de DISPENSA ELETRÔNICA e remeteu o feito à ASLIC para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação, de acordo com item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

**04.** A ASLIC trouxe ao processo o Aviso de Dispensa Eletrônica n. 25/2023 ([1015822](#)), com as regras da contratação, devidamente divulgado e publicado, conforme documentos comprobatórios juntados no evento ([1015830](#)).

**05.** Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) extrato do cadastramento da Dispensa Eletrônica no sistema COMPRASNET ([1015823](#));

b) relatório de propostas extraído do Portal Compras.gov.br ([1018268](#));



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) documentos de habilitação da empresa ofertante do menor preço para o item 2 ([1020625](#)).

**06.** Por fim, o Agente de Contratação registrou as principais ocorrências do certame em seu Relatório 38/2023, com vistas à apreciação superior, decisão e deliberação quanto à adjudicação e homologação do certame pela autoridade administrativa ([1020629](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pelo Agente de Contratação a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([1020630](#)).

**É o necessário relatório.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

**07.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do § 3º do art. 75 c/c art. 174, I, da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, do Parágrafo único do art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, no qual também a constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas ([1015830](#)).

**08.** Passa-se à análise dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

### **a) propostas comerciais:**

Estão registradas no relatório de propostas extraído do sistema ([1018268](#)).

### **b) Item deserto: Não houve;**

**c) Item Fracassado: Item 1 do edital** com as ocorrências delineadas no relatório ([1020629](#))

### **d) Aceitação/negociação:**

Considerando o relatório de propostas extraído do sistema ([1018268](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelo agente de contratação ([1020629](#)), definiu-se o ofertante dos menores preços.

Desse conjunto, verifica-se a inabilitação das seguintes participantes do certame quanto ao **Item 1**, tornando-o fracassado:

**I - ADAUTO DE SOUSA PEREIRA Proposta recusada com fundamento nos itens 6.5.1 e 6.5.4**

**II - JB LICITAÇÕES LTDA Proposta foi recusada com fundamento no item 6.5.2 e 6.5.3 do Aviso n. 25/2023**

**III - FESTMED COMERCIO E IMPORTACAO LTDA Proposta foi recusada com fundamento no item 6.5.2 e 6.5.3 do Aviso n. 25/2023**

**IV - SUPER LICITE LICITACOES LTDA Proposta foi recusada com fundamento no item 6.5.2 e 6.5.3 do Aviso n. 25/2023**

**V - ANDERSON SCARPIM JUSTINO Proposta foi recusada com fundamento no item 6.5.2 e 6.5.3 do Aviso n. 25/2023**

**VI - FELIPE NEVES DE SOUZA Proposta foi recusada com fundamento no item 6.5.2 e 6.5.3 do Aviso n. 25/2023**

**VII - MORAC CORPORATION LTDA Proposta recusada por apresentar preço superior ao estimado. Fundamento: item 6.5.4 do aviso.**

**VIII - VEC COMERCIO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICOS E HOSPITALAR Proposta recusada por apresentar preço superior ao estimado. Fundamento: item 6.5.4 do aviso.**

**IX - SMS COMERCIO E SERVICOS LTDA Proposta recusada por apresentar preço superior ao estimado. Fundamento: item 6.5.4 do aviso.**

Para o **Item 2**, verifica-se a inabilitação e habilitação dos seguintes participantes do certame:

**I - ADAUTO DE SOUSA PEREIRA - CNPJ 50.191.463/0001-56 Proposta recusada com fundamento no item 6.5.3 do Aviso n. 25/2023.**

**II - JB LICITACOES LTDA - CNPJ: 48.489.837/0001-72, que ofertou o menor preço para o Item 02 e que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([1020625](#) e [1020626](#)), e com participação da unidade demandante na aceitação da proposta, ([1019169](#) e [1019190](#)).

**ANÁLISE:** As ocorrências registradas no sistema e reproduzidas no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação demonstram a aplicação objetiva do critério para aceitação das proposta pelo menor preço ofertado e dos critérios de habilitação das participantes, ambos definidos no Aviso de Dispensa Eletrônica ([1015822](#)).

Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nos atos e decisões do Agente de Contratação, visto que foram amplamente motivados.

Cabe registrar, assim, que o procedimento da Dispensa Eletrônica n. 25/2023 ([1015822](#)) foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no relatório do agente de contratação ([1020629](#)), sendo que, conforme informado no item VII do relatório, o sistema somente disponibilizará o relatório analítico da operação do certame após a homologação.

### **III – CONCLUSÃO**

**09. Por todo o exposto**, trazendo ainda a esta as conclusões do Parecer Jurídico n. 106/2023 ([1011861](#)), esta Assessoria Jurídica opina:

**I -** pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, na forma prevista pelo art. 72 da Lei n. 14.133/2021, nas regras e diretrizes da Resolução CNJ n. 468/2022 e, ainda, nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

**II -** pela **adjudicação** do resultado da Dispensa Eletrônica n. 25/2023 ([1015822](#)), nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema ([1018268](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1020629](#)), **para adjudicação do seu objeto às seguintes cotantes:**

**a) JB LICITACOES LTDA - CNPJ: 48.489.837/0001-72**, cotante do menor preço para o **Item 02**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1020625](#));



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III - pela homologação do certame pela autoridade competente**, caso adjudicado, pela própria autoridade administrativa, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021

**10.** Registra-se que deverá a unidade demandante, com fulcro no § 3, Art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 ([0917187](#)), considerando que o **Item 1 do presente certame restou fracassado**, avaliar posteriormente as seguintes medidas e submetê-las à deliberação do titular da SAOFC, nos termos dos seguintes incisos:

§ 3º Frustrada a contratação pelas vias estabelecidas nesta instrução normativa, a unidade demandante deverá avaliar as seguintes medidas para deliberação pelo titular da SAOFC:

I - analisar a possível repetição do procedimento dos itens fracassados;

II - alterar as especificações do objeto ou das condições da contratação;

III - incluir o objeto em contratações por registro de preços;

IV - cadastramento dos itens fracassados no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos;

V - outras medidas possíveis para o atendimento da demanda.

Conforme já apontado no **item 6** do Parecer Jurídico n. 106/2023, a programação orçamentária da despesa foi juntada ao processo no evento ([1003264](#));

**11.** Após a decisão da autoridade superior e demais providências para a contratação, deverá ocorrer a divulgação e disposição do público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO do ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

**12.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à habilitação ou aceitação do objeto.

Ao **senhor Secretário da SAOFC** para fins da manifestação prevista no **item 21 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022** e continuidade da tramitação.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone**

**Holanda, Assessor(a) Chefe Substituto(a)**, em 19/06/2023, às 18:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1021425** e o código CRC **82DCC64B**.